



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução - LET
Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação

VICTÓRIA SOUSA CAGLIARI HERNANDES

**Ciberfeminismo e Multilinguismo:
A Ausência de Línguas Indígenas na Internet**

Brasília, 2015

VICTÓRIA SOUSA CAGLIARI HERNANDES

**Ciberfeminismo e Multilinguismo:
A Ausência de Línguas Indígenas no Ciberespaço**

Monografia apresentada ao Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas – LEA/MSI

Orientadora: Prof^ª. Me. Susana Martínez Martínez

Brasília

2015

**Ciberfeminismo & Multilinguismo:
A Ausência de Línguas Indígenas na Internet**

Artigo submetido à banca examinadora abaixo identificada, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação.

Brasília, _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Francisco Cláudio S. de
Menezes
Departamento de Línguas Estrangeiras e
Tradução
LET/UnB

Prof^a. Dr^a. Fernanda Alencar Pereira
Departamento de Línguas Estrangeiras e
Tradução
LET/UnB

Prof^a. Me. Susana Martínez Martínez
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução
LET/UnB

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha professora e orientadora, Susana, pela imensa dedicação que demonstrou durante todo o trabalho.

À minha família, que sempre me apoiou e me apoia de todas as formas possíveis.

À minha mãe, pois sem a ajuda dela eu não teria conseguido.

A toda a equipe de professores do LEA, por haver colaborado durante todos esses anos, para que eu chegasse até aqui.

Ciberfeminismo & Multilinguismo: A Ausência de Línguas Indígenas na Internet

RESUMO: Este trabalho visa abordar o papel social da internet enquanto meio de comunicação e informação para mulheres indígenas que não dominam a língua oficial de seus países. Através de observação, averiguamos que os *sites* de grande parte das ONGs feministas latino-americanas eram monolíngues, mesmo em países onde existe uma expressiva porcentagem de população indígena. Elaboramos, então, um questionário com vias a averiguar quais eram as barreiras a serem transpostas para que essas organizações pudessem melhor adaptar seus principais canais de comunicação e atender às demandas multilíngues pelas quais a *web* vem passando atualmente. Dessa forma, o principal objetivo deste trabalho é ressaltar a importância de um ambiente virtual multilíngue com vias a empoderar mulheres de diferentes comunidades e modos de vida e dar a elas as ferramentas necessárias para que possam repensar e modificar seus papéis, provendo a informação necessária sobre seus direitos e sobre as lutas feministas em seus países.

Palavras-chave: ciberfeminismo; multilinguismo; ciberespaço; mulheres indígenas.

Cyberfeminism and Multilingualism: The Absence of Indigenous Languages on the Internet

ABSTRACT: This paper intends to approach the social role of the internet as a means of communication and information for indigenous women who do not master the official language of their countries. Throughout observation, we could ascertain that the websites of a big part of the feminist Latin-American NGOs were monolingual, even in countries where there is a significant percentage of indigenous population. Therefore, we elaborated a questionnaire seeking to discover which were the barriers to be transposed in order for these organizations to better adapt their main channels of communication and fulfill the multilingual demands for which the web has been going through lately. That said, the main objective of this paper is to enhance the importance of a virtual multilingual environment in order to empower women of different communities and lifestyles and give them the necessary tools to rethink and modify their roles, providing them with the necessary information about their rights and about feminist struggles.

Key-words: cyberfeminism; multilingualism; cyberspace; indigenous women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. FEMINISMO	3
1.1. Breve histórico e mudanças do papel da mulher na sociedade	3
1.2. O Ciberfeminismo: de Donna Haraway até hoje	7
2. MULTILINGUISMO	12
2.1. Problemáticas e importância	12
2.2. Multilinguismo e América Latina	16
2.3. Multilinguismo e web 2.0	20
3. ESTUDO DE CASO DE SITES FEMINISTAS	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

O meio digital é um ambiente tido como de diversas possibilidades. Através da internet, é possível obter informação de qualquer parte do mundo, divulgar ideias próprias, comunicar-se e conhecer novas realidades. Porém, como se sabe, o imenso potencial que o ciberespaço possuiu de ser um agregador e um facilitador de tudo o que foi proposto acima não é, ainda, completamente aproveitado, pela falta de ferramentas que favoreçam essa mudança.

Tornar a internet acessível é uma tarefa que, há nem tanto tempo, começou a tomar importância. E quando falamos em acessibilidade, não se trata apenas de saber o básico sobre o uso de computadores, mas, sim, de poder utilizar seus recursos de forma a ser capaz de causar alguma mudança para si mesmo ou para a comunidade no qual se está inserido. Além disso, ao falarmos sobre melhorar as condições de acessibilidade, devemos pensar em quais grupos estão excluídos do ambiente digital. Para este trabalho, em específico, escolhemos falar sobre as mulheres indígenas.

Nossa ideia começou ao percebermos que grande parte das páginas web de ONGs feministas da América Latina são monolíngues, utilizando apenas o Espanhol como meio de comunicação. Achamos isso curioso, visto que em muitos desses países, a língua mais usada não é o Espanhol. Isso nos mostra que há uma parcela de mulheres da população – ou seja, as não-falantes do idioma oficial - que ainda não tem o acesso devido às informações e ideias que essas ONGs divulgam.

Nosso trabalho objetiva contribuir na investigação das dificuldades apresentadas por organizações feministas latino americanas, que têm endereços na web, em configurar páginas multilíngues. Essa percepção surgiu devido ao fato de que os países sede das organizações abordadas – Chile, Bolívia, El Salvador, Peru e Paraguai – são predominantemente multilíngues.

O trabalho está dividido em três capítulos. Iniciaremos falando sobre o feminismo, sua evolução histórica e suas fases. Em seguida, abordaremos o ciberfeminismo, desde a origem do termo até sobre como o conceito evoluiu e de como passou a ser um conjunto de manifestações artísticas e de tentativas de favorecer a presença da mulher no ciberespaço. Com isso, visamos demonstrar como o ativismo digital passou a ser um fator de importância para o movimento feminista, atualmente.

O capítulo 2 abordará o multilinguismo de forma ampla, começando por suas principais questões e problemáticas e abordando-o, também, no contexto latino-americano e na sua prática na web 2.0. Para o nosso tema, em específico, falaremos das línguas indígenas, com foco em sua presença na internet. E não apenas sua inclusão de forma geral, mas sobre como isto poderia ser benéfico às mulheres indígenas.

No capítulo 3 apresentaremos nosso estudo de caso, realizado nos países citados, mediante aplicação de questionário e respectiva análise.

1. FEMINISMO

1.1. Breve histórico e mudanças do papel da mulher na sociedade

Já verificamos que quando duas categorias humanas se enfrentam, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. Compreende-se, pois, que o homem tenha tido vontade de dominar a mulher. Mas que privilégio lhe permitiu satisfazer essa vontade? (Beauvoir, 1949, p. 89)

O trecho acima faz parte do livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir e encontra-se logo no início da parte chamada “História”. A autora, que com sua obra ofereceu imensas contribuições ao estudo do feminismo, foi um grande expoente nos estudos relacionados ao movimento e colocou questões que perduram até hoje, nunca perdendo sua validade. Esse trecho coloca-nos uma questão interessante, pois acredita-se que o nascimento do feminismo em si foi e ainda é uma tentativa de mudar todo um histórico de anos de opressão patriarcal, e opressão esta, baseada justamente na palavra “privilégio”. O feminismo, nascido a partir de outros movimentos sociais, tenta, desde seu início, responder a esta pergunta: quais foram os privilégios concedidos aos homens que lhes permitiram e ainda lhes permitem manter a mulher sob anos de opressão?

Embora o enfoque principal deste trabalho seja o ciberfeminismo, é necessário falar brevemente sobre como se construiu e consolidou o movimento feminista ao longo da história – visto que sem ele o próprio ciberfeminismo não existiria. “Construiu” porque não existe, para o feminismo, uma data exata de início, com um começo, meio e fim. Não é um movimento nascido e intitulado de forma proposital. O feminismo nasceu de uma série de revoluções que questionavam as estruturas de sua sociedade na forma como se encontravam em dado momento. Iluminismo, Revolução Industrial e Revolução Francesa foram alguns dos eventos históricos que possibilitaram uma maior “inquietação intelectual” e permitiram que núcleos marginalizados de diversas sociedades pudessem ter novas vozes e papéis dentro de suas realidades.

A verdade, porém, é que mesmo dentro das massas de minorias ideológicas que lutavam contra um sistema desigual que lhes fora imposto, o universo feminino não encontrava o espaço que buscava. Nos próprios ideais democráticos e no cerne das teorias de grandes filósofos da época já estava excluída a participação feminina nos setores públicos da sociedade, aqueles dominados até hoje majoritariamente por homens. Telma

Gurgel (2010) considera que os primeiros despontamentos da presença de mulheres na esfera política começam durante a Revolução Francesa, em 1789. Nessa época, as francesas “iniciaram uma batalha histórica em torno do direito de participar ativamente da vida pública, no campo do trabalho, da educação e da representatividade política”. A autora vê a consolidação do capitalismo e o crescimento das indústrias como fatores de mudança na vida das mulheres, embora elas continuassem excluídas da esfera pública. Segundo Saffioti, “o capitalismo se dá em condições extremamente adversas à mulher”. Primeiramente, no nível superestrutural, onde a subvalorização das capacidades femininas sempre foi justificada sob o mito da supremacia masculina; e, também, no nível estrutural, onde a mulher continuava marginalizada das funções produtivas mesmo com o crescente desenvolvimento do sistema de produção.

A repercussão causada pelos novos tempos juntamente à contínua exclusão feminina dos âmbitos civil e político desencadeou a luta sufragista - tida como o marco histórico da primeira onda do movimento - que durou sete décadas e atingiu diferentes países e regiões do mundo. Este começou no Reino Unido, logo após a Revolução Industrial e foi iniciado pela educadora Millicent Fawcett. O sufrágio ganhou mais força com o socialismo, que abriu portas à participação da mulher nas organizações políticas. Ainda assim, os temas defendidos pelas socialistas causaram resistência dentro dos partidos, visto que estes fragmentariam a unidade de classes (GURGEL, 2010).

(...) o direito ao aborto, a uma sexualidade livre sem a determinação heteronormativa, o confronto com o modelo patriarcal de família e com a invisibilidade jurídica da mulher, a qual após o casamento perderia todos os direitos civis e passaria a depender da autorização do marido para qualquer ato, até mesmo o de conseguir um emprego, são temas de grandes atos do movimento pelo mundo (GURGEL, 2010, p. 6).

Nessa fase, além das questões políticas trazidas à tona durante o sufrágio, o feminismo ampliou sua luta para o fim da discriminação da mulher na sociedade, na educação e no trabalho. As décadas de 60 e 70, marcadas por governos totalitários e ações militaristas opressivas, ampliaram a luta feminista e iniciaram o que é conhecido como a segunda onda do feminismo, no sentido de que o movimento passou a incluir em sua pauta a questão da liberdade do corpo e da desnaturalização do papel da mulher.

Trazendo a contextualização agora apenas para o cenário latino-americano, após o enfrentamento das ditaduras que marcaram o final do século XX, o feminismo tomou força principalmente a partir da redemocratização dos países. Esse processo deu lugar a

pautas diversas, antes excluídas do âmbito político. Sonia E. Alvaréz caracteriza-o atualmente como “amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico campo, que se estende mais além das organizações ou grupos próprios do movimento, strictu sensu”. Ou seja, o movimento hoje abrange outros espaços além das ruas e as reivindicações quanto às pautas feministas se estendem para grupos de interesse que vão além do feminismo (e.g.: o movimento de mulheres negras).

Dentre as contribuições da primeira onda está, justamente, a criação um questionamento em relação à categoria “mulher” enquanto homogênea dentro das lutas feministas. Um dos problemas que o próprio pensamento feminista tem tentado combater é seu caráter eurocêntrico, “que afirma que o problema da dominação de gênero, da dominação patriarcal, é universal, sem maiores diferenças, justificando, sob a bandeira da unidade, a possibilidade de transmitir às mulheres não brancas, indígenas e negras, dos continentes colonizados os avanços da modernidade no campo dos direitos” (SEGATO, tradução de Rose Barboza). Essa ideia expõe o caráter colonizador e civilizador que ainda impera em certas linhas de pensamento, visto que diferentes etnias e classes sociais enfrentam distintos tipos de problema. Isto posto, é impossível dizer que as pautas comuns a mulheres brancas e burguesas, como era o caso das europeias pioneiras do movimento, serão comuns a todas as outras. Embora sejamos todas mulheres, não há como centralizar certas questões, pois elas envolvem questões políticas e sociais que vão além do gênero.

Canavate (2009) considera que o feminismo latino-americano passou por duas fases. A primeira é a etapa sufragista e a segunda é caracterizada por um feminismo moderno, globalizado, fortemente influenciado pelo neoliberalismo e pelos movimentos norte-americano e europeu. Por mais que várias ideias vigentes no movimento tenham sido “importadas” desses países, elas tiveram que se adaptar e ganhar novas interpretações sob o contexto de viés socialista que começava a se instalar aqui.

Rodríguez analisa, em seu artigo “Los feminismos en América Latina: retos, posibilidades y permanencias” as diferentes correntes de pensamento e ativismo que surgiram na América Latina a partir do contexto europeu. Muitas feministas passaram a pensar num movimento mais palpável, adequado a seu contexto e abrangente também às mulheres que não se inseriam propriamente nas reivindicações eurocênicas.

Foi a partir da criação da ideia de “feminismo comunitário” que se iniciou a descolonização do feminismo latino-americano. Julieta Paredes é a autora desta ideia,

articulada a partir de seu trabalho coletivo *Mulheres criando comunidade*. “Paredes prega a necessidade de uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental, pelo fato de que se deve desconstruir a prática acadêmica colonizadora do feminismo ocidental sobre o feminismo acadêmico e político latino-americano” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 36, tradução nossa).

O feminismo indígena da América Latina também é abordado por suas articuladoras adequando-se ao contexto de suas comunidades, suas crenças, sua cultura – algo que não enxergaram ser possível a partir das correntes ocidentais. Essa linha de pensamento originou-se em grande parte do feminismo comunitário, mas tratava especificamente da mulher no contexto das comunidades indígenas. Martha Sánchez em *Direitos da Mulher Indígena* propõe uma reformulação dos conceitos de equidade e gênero a partir desse feminismo:

(...) buscamos a paridade, a igualdade e, se para muitos homens e mulheres indígenas são termos que complicam seu pensamento, então começemos a falar de dualidade. O fim que perseguimos é o mesmo: o respeito e reconhecimento de nossos direitos como mulheres indígenas (Sanchez, 2012, *apud* Rodríguez, 2012)

Considera-se agora que o feminismo vive sua terceira onda, esta começada nos anos 90 e em curso atualmente. Nessa terceira onda são discutidas questões micropolíticas como, por exemplo, o exclusivismo vigente dentro do próprio feminismo. No momento atual tenta-se, de certa forma, consertar as falhas da segunda onda, que ainda não levava em conta especificidades importantes para a desconstrução do papel de gênero como era visto até pouco tempo. Os problemas enfrentados pelas mulheres negras, indígenas, trans e lésbicas devem ser tratados de forma diferente da maneira proposta por um feminismo majoritariamente feito por e para mulheres brancas, heterossexuais e de classe média e esse é um dos desafios com o qual lida-se agora.

Juntamente com a terceira onda feminista, surgiram as Tecnologias da Informação (TICs). Estas adquiriram rapidamente um caráter multidisciplinar e, sendo consideradas como espaços democráticos, passaram a ser um novo espaço de manifestação política e cultural. Dessa forma, o feminismo ganhou um novo espaço e foi se inserindo gradualmente no meio digital, processo que deu origem ao conceito de ciberfeminismo. A grande precursora do movimento é Donna Haraway, que com a criação de seu ciborgue, cunhou o termo, mas outras manifestações o caracterizaram como é hoje. Dentre estas, o movimento VNS Matrix e as obras de Sadie Plant.

A seguir, faremos um aprofundamento no tópico, contando como se deu seu início e desenvolvimento e conectando-o com as formas atuais de ciberfeminismo.

1.2. O Ciberfeminismo: de Donna Haraway até hoje

Warnick (2002, *apud* Brunet; Natansohn, 2010) comenta o conceito de ciberfeminismo como abrangendo uma gama de pensamentos feministas que surgem entre as décadas de 80 e 90. Este seria uma intersecção entre teoria, ativismo, práticas políticas e artísticas, e se constituiu em um panorama digital pouco amigável à presença feminina. Ao contrário do que se possa pensar à primeira vista, o ciberfeminismo não é apenas um feminismo virtual, pois seu conceito se estende bastante além disso. Segundo Brunet e Natansohn, ele pode ser descrito como “uma terminologia usada para designar a parte do movimento feminista que se compromete com questões como identidade e direitos das mulheres dentro do âmbito do ciberespaço”. Um pouco mais além, “o movimento conjectura sobre as mulheres e suas relações com o computador, a Internet e, num *spectrum* mais amplo, as tecnologias de informação e comunicação (TICs)”.

Para alguns teóricos, o ciberfeminismo pode, inclusive, ser dividido em duas vertentes. A primeira delas é chamada “ciberfeminismo liberal” e pregava basicamente que a tecnologia acabasse com a dicotomia homem/mulher, ao menos no meio digital. A segunda seria o “ciberfeminismo radical”, focado no fim do sexismo que se estendia do mundo real para a internet. Os grupos radicais formaram, então, espaços cibernéticos que só podiam ser frequentados por mulheres, atitude esta que dividiu opiniões, pelo temor de que aumentasse a fronteira de gênero já existente na *web*.

Já no artigo “Situating Cyberfeminisms”, Maria Fernandez e Faith Wilding *apud* Brunet e Natansohn, separam o movimento em dois momentos: o “velho ciberfeminismo”, caracterizando a primeira fase – ou período tecno-utópico – “quando as TICs e/ou o ciborgue eram entendidos como a solução contra o controle e a dominação” (Brunet; Natansohn, p. 4); e o novo ciberfeminismo, uma fase de crítica, ativismo virtual e novas manifestações culturais e artísticas. A partir dessas divisões entre os momentos pelos quais o movimento passou, veremos como ele se desenvolveu ao longo do tempo e como cresceu paralelamente ao feminismo.

Anteriormente, vimos que a segunda onda feminista teve um caráter muito vinculado ao político, por consequência das filosofias socialistas e como meio de resistência aos governos opressores que se instalaram em vários países. Donna Haraway,

considerada a precursora do movimento ciberfeminista, cria o Manifesto Ciborgue em 1985 – em vias de transição da segunda para a terceira onda. O manifesto torna-se famoso por propor a criação de um ciborgue livre das amarras de gênero, etnia ou classe social e que representaria a verdadeira democracia, visto que não estaria sujeito às construções sociais. Haraway idealizou o ciborgue em razão de movimentos que fracassaram ao operar com “categorias” como as propostas acima. O ciborgue não é apenas um ser mítico qualquer, mas uma metáfora à união feminina baseada em afinidade em vez de identidade. Dessa forma, prega-se uma união que se desprenda de questões como a etnia, a religião e a classe social e que se apoie no fato de que, embora sejamos diferentes, somos mulheres e também enfrentamos problemas comuns.

Depois do reconhecimento arduamente conquistado, de que o gênero, a raça e a cor são socialmente historicamente construídos, esses elementos não podem mais formar a base da crença em uma unidade “essencial”. Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente uma as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – “ser” mulher. Trata-se ela própria de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis (Haraway, 2009, p. 47)

Como afirmado por Haraway, os papéis de gênero surgem de discursos socialmente instituídos e passam, por influência do Estado, da Igreja e da ciência a serem tidos como regras naturais. Em uma época onde o gênero era estratificado e estritamente ligado ao sexo, as proposições de Donna Haraway representaram um grande avanço dentro do campo de estudos feministas, bem como o início de uma maior abertura do domínio das TICs às mulheres – embora fosse essa pouco significativa em relação à presença masculina no ciberespaço.

Donna Haraway não escreveu sobre o ciberfeminismo em si e nem deu nome ao movimento. Porém, este foi idealizado, em grande parte, através de suas obras e das ideias propostas por ela. O ciborgue deu vazão ao ciberfeminismo como o conhecemos hoje: um movimento de caráter mais concreto, focado agora na presença feminina na internet e em outras manifestações culturais. “(...) o movimento mapeia as possibilidades de novos discursos feministas em redes de comunicação, interrogando como esse movimento se dá, e mais especificamente, como o uso das novas tecnologias de comunicação constrói essas novas histórias feministas” (GAZIRE, 2010).

Em 1991 surge o VNS Matrix, emblemático coletivo artístico que deu início às primeiras intervenções digitais do ciberfeminismo. Formado pelas australianas Josephine

Starrs, Julianne Pierce, Francesca da Rimini e Virginia Barratt, o grupo começou a atuar logo no início da popularização da internet, na década de 90, mas se dissipou pouco após o começo dos anos 2000. Elas criaram CD-ROMs, jogos de videogame, obras de arte multimídia e utilizaram-se da VRML (Linguagem para Modelagem de Realidade Virtual) como forma de criar um novo universo dentro da internet. Inspiradas pelo Manifesto Ciborgue escreveram O Manifesto Ciberfeminista para o Século XXI. O VNS acreditava na web como “espaço de experimentação criativa fluida, um lugar para transformar e criar em colaboração com uma comunidade global de artistas com a mesma cabeça”¹. Embora pouco conhecidas hoje como símbolos do início da cibercultura, começada juntamente com as primeiras atuações do movimento, elas são, hoje, parte essencial do início do movimento ciberfeminista pelos projetos que realizaram e por serem pioneiras na tentativa de quebrar o domínio masculino na web.

Ainda durante os anos 90, em conjunção com a ação artística das VNS Matrix, Sadie Plant torna-se um dos expoentes na pesquisa em cultura cibernética em uma época onde a área ainda era pouco explorada. A obra *Zeros and Ones: Digital Women + The New Technoculture* oferece uma versão feminista e alternativa da história e da natureza das tecnologias digitais, como descrito pela própria autora. Plant busca resgatar qual foi o papel da mulher no desenvolvimento da tecnologia ao longo da história. Para a autora, “o ciberespaço é um lugar de libertação, porque a internet é essencialmente feminina”. Como exemplo de sua afirmação, ela cita Ada Lovelace, considerada a primeira programadora da história, e que criou o primeiro algoritmo a ser processado por uma máquina hipotética: o engenho analítico de Charles Babbage, primeira e mais importante inspiração dos computadores como os conhecemos atualmente. Por esse motivo, Plant questiona o domínio masculino na rede: afinal, se desde os primórdios da internet já havia mulheres presentes em sua ideologia, em sua origem, como elas não tinham conquistado o devido espaço? Além disso, a autora defende que as mulheres já viviam conectadas desde antigamente, em seus margens locais de trabalho e que, enquanto as forças da sociedade tradicional se dissipavam, seria impossível resistir ao conexãoismo feminino.

O ciberfeminismo tem como um de seus principais pontos de reflexão a questão da ligação entre identidade e gênero. A autora discursa sobre a sua própria prática feminista caracterizando-a como um “eu-que-não-é”, ou seja, pregando uma quebra de

¹Disponível em: http://motherboard.vice.com/pt_br/read/um-historia-oral-das-primeiras-ciberfeministas

padrões construídos do homem para a mulher. Trazendo para um contexto atual, pode-se, por exemplo, pensar na questão das mulheres e homens transgênero, um exemplo de uma quebra de fronteiras identitárias, como a idealizada pelo ciborgue de Haraway. A web traz essa possibilidade através dos blogs, websites, manifestações artísticas audiovisuais e organização de coletivos e intervenções. Os novos discursos criados pela rede problematizam e expõem questões de gênero, formando o ciberfeminismo como o estamos conhecendo hoje.

Atualmente, o enfoque do ciberfeminismo traz uma questão interessante: o que importa mais não é o número de mulheres utilizando a rede, mas, sim, trabalhando por trás do que faz a rede. Computadores e softwares portam uma ideologia, mas há um maior número de homens por trás dessa decisão ideológica do que mulheres (Brunet; Natansohn, 2010). Foi a percepção desse déficit que fez com que as primeiras ciberfeministas questionassem se a internet não estava sendo ignorada enquanto o espaço democrático que fora criada para ser e apenas dando vazão a uma nova forma de imposição de padrões de beleza e consumo. Ou seja, o ciberespaço, na verdade, se firmava como mais um modo de imposição patriarcal do homem em relação à mulher, perdendo muito do potencial agregador que possuía.

Por muitos anos, a relação entre a mulher e a tecnologia não se firmava como de importância nem mesmo nos campos de Estudos de Gênero, sendo que o enfoque dessa área tratava mais da imagem da mulher na mídia, de como era vista, retratada e padronizada – um ponto que, também, nunca deixa de ser essencial no feminismo. Porém, com o advento da sociedade da informação e a chegada de uma geração de mulheres que já nasceram imersas na cultura digital, a questão começou a voltar à tona, criando o ciberfeminismo que estamos aos poucos conhecendo e desenvolvendo hoje. Brunet e Natansohn (2010) afirmam que “a internet é também um grande facilitador para provocar cooperação local e global, tanto quanto em encontrando novas alianças quando em mantendo as já existentes”. Dessa forma, o feminismo se fortalece através do ciberfeminismo.

Maigret (*apud* Schlindwein, 2015), problematiza os posicionamentos em relação à tecnologia e às novas mídias em três grupos: o tecnofóbico, que vê os meios de comunicação apenas como uma forma de controle das massas; o tecnofílico, que vê a tecnologia como agregadora e eliminadora de fronteiras globais; e o tecnicista que a vê como solução de diversos problemas. Acredita-se que o principal desafio do

ciberfeminismo seja fazer da internet um espaço tecnicista, englobando em sua pauta de discussões todas as formas pelas quais o feminino – enquanto gênero e, não, sexo - possa ser englobado nesse espaço supostamente democrático e sem fronteiras que a internet se propõe a ser desde seus primórdios. Neste trabalho abordaremos as barreiras linguísticas existentes na internet, e como estas tornam-se um empecilho no empoderamento feminino através da *web*. No capítulo seguinte, falaremos sobre o multilinguismo, sua prática e as dificuldades em mantê-lo, sendo estas, presentes, em especial, nas comunidades indígenas de países colonizados.

2. MULTILINGUISMO

2.1. Problemáticas e importância

O multilinguismo é definido como a habilidade de utilizar ou promover o uso de mais de um idioma. Tem se expandido enquanto fenômeno social e é tido como uma das prioridades no sistema educacional europeu – segundo a Declaração de Bolonha², juntamente à promoção do uso de TICs e a uma formação superior mais eclética, no sentido de multicultural. Atualmente, o número de falantes multilíngues no mundo supera o de monolíngues.

A *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* foi criada em 1996, em Barcelona, no âmbito de uma conferência onde se reuniram a associação PEN (*Poets, Essayists and Novelists*) Internacional e a *Centre Internacional Escarré per a les Minories Ètniques i les Nacions* com vias a promover uma maior consciência em relação ao uso e importância das línguas, em especial das que se encontravam em processo de desaparecimento. O documento chegou a ser apresentado à UNESCO, mas nunca obteve aprovação formal.

A *Declaração* é iniciada pelas considerações feitas acerca dos diversos fatores que favorecem a exclusão destas línguas, dentre eles as invasões, colonizações e ocupações e os contextos atuais de subordinação política, econômicas e social que são a realidade de diversas comunidades não-soberanas no mundo. Ou seja, primeiro e mais importante, considera-se através da declaração que a língua pode ser, sim, usada como instrumento de dominação e que preservar seus idiomas de origem é um meio que os falantes devem encontrar para resistir a esse processo. “Todas as línguas são expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de aprender e descrever a realidade, pelo que devem poder beneficiar-se das condições necessárias ao seu desenvolvimento em todas as funções” (PEN Internacional, 1996, p. 6)

A *Declaração* termina com as seguintes proposições: a primeira sugere a criação do Conselho de Línguas no âmbito das Nações Unidas, sendo que este deveria se empenhar na criação de um organismo de direito internacional que apoiasse comunidades linguísticas no exercício dos direitos instituídos pela *Declaração*; a segunda, que fosse

² Acordo entre 29 países para a reforma das estruturas dos seus sistemas educativos de ensino superior (disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_declaracao_bolonha.pdf)

criada uma Comissão Mundial de Direitos Linguísticos “de natureza não oficial e de caráter consultivo”, representada por ONGs e entidades ligadas ao direito linguístico. Em 2012 foi lançado o *Manifesto Girona*, elaborado para comemorar o 15º aniversário da Declaração. O Manifesto é uma versão atualizada e condensada da Declaração e consiste nos dez princípios centrais da preservação de línguas em risco.

O multilinguismo era prática comum na Idade Média, havendo sido uma característica muito normal de diversas sociedades. Ao longo dos anos, com as colonizações e as “descobertas” de povos autointitulados mais civilizados, a habilidade de utilizar várias línguas foi sendo aos poucos extirpada sob o argumento de que o monolinguismo trazia às sociedades um senso de união e facilitava o entendimento entre os povos – argumento que é usado até hoje. Porém, a realidade é que desde aquela época e até hoje, a imposição linguística de um povo sobre o outro é um instrumento de dominação. A língua não é apenas uma prática cultural, mas é, também, política. E ao discutir-se a questão do idioma como instrumento de dominação, é indispensável falar, paralelamente, do fenômeno da globalização e seus desdobramentos na sociedade moderna: seria esta benéfica ou apenas mais uma forma de possibilitar que os Estados soberanos subordinem sociedades que detêm menos poder?

Há visões diversas sobre o fenômeno e estes nos apresentam os pontos negativos e positivos do processo. Beck (1999) *apud* Miranda (2000), definiu a globalização como “processos em cujo andamento os estados nacionais veem sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais”. Já Santos (1997) faz uma análise da globalização voltando-se para suas dimensões sociais, políticas e culturais. Inclusive trata-a não apenas como uma só, mas como várias. Para ele, trata-se de conjuntos diferenciados de relações sociais que, por consequência, dão origem a diferentes fenômenos de globalização. Esta, portanto, é definida pelo autor da seguinte forma: “A globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (Santos, 1997, p. 108)

A extirpação do multilinguismo como prática comum ocorre, até hoje, em grande parte sob a justificativa de que um mundo globalizado é, inevitavelmente, unificado, de forma que a redução do uso de idiomas favoreceria um quadro “benéfico” a todas as sociedades. Uma diminuição de distâncias entre povos, países e continentes é uma das

principais justificativas do processo. Santos, porém, chama nossa atenção para o fato de que a globalização que defendemos é essencialmente ocidental dizendo que “aquilo a que chamamos de globalização é sempre a globalização bem-sucedida de determinado localismo”. Isso é embasado pelo fato de que, para o autor, toda entidade possui um enraizamento local ou imersão cultural específica. Dessa forma, seria mais apropriado definirmos nossa presente situação em termos de localização em vez de globalização. “O motivo pelo qual preferimos o último termo é basicamente porque o discurso científico hegemônico tende a privilegiar a história do mundo na versão dos vencedores”.

Stuart Hall (2006) aborda, em sua obra “Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, o papel da identidade coletiva na formação de identidade individual e quais os elementos que compõem a representação da identidade, sendo um destes a língua. Hall discorre sobre a identidade cultural e a identidade nacional colocando-as como indissociáveis. E, após tratar de seus conceitos individuais, coloca a seguinte pergunta: como as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas e deslocadas pelo processo de globalização?

Primeiramente, é necessário dizer que Hall acredita haver três consequências possíveis da globalização sobre as identidades culturais:

1. Desintegração das identidades nacionais como consequência da homogeneização da sociedade;
2. Reforço das identidades nacionais como resistência ao processo de globalização;
3. Novas identidades nacionais sendo criadas como resultado do declínio das antigas.

A partir desses dados é possível inferir, então, que ao mesmo tempo em que a globalização é vista como fator desagregador na identidade nacional, também se considera que possa vir a reforçá-la dentro de cada contexto cultural afetado por ela. Acerca do tema, coloca-se a seguinte afirmação:

A globalização é um processo desigual que, em certa medida, pode ser considerado como a ocidentalização dos valores culturais de nossos tempos. Mas, paradoxalmente, a globalização vem fortalecendo a proliferação de identidades locais e, ainda que pareça utópico, a sociedade da informação que estamos ajudando a construir também

pode dar espaço para culturas geograficamente isoladas – como é, em parte, nosso caso. (Miranda, 2000, p. 82)

Dessa forma, pode-se dizer que o autor acredita que ao mesmo tempo em que a globalização ajudou no desaparecimento de várias culturas, também pode, agora, especialmente com o advento da sociedade da informação, colaborar para que a memória destas não seja perdida. Como um dos principais instrumentos de transmissão e registro da história, a língua se inclui nesse processo de reafirmação da identidade nacional e as medidas a serem tomadas sobre como fazê-lo têm sido, um objeto de discussão entre estudiosos e órgãos responsáveis. Atualmente, órgãos internacionais, a exemplo da ONU, investem em políticas de preservação de línguas minoritárias ou em processo de extinção através da web 2.0. Em 2007, a UNESCO publicou o livro “Como assegurar a presença de uma língua no ciberespaço? ”, de autoria de Marcel Diki-Kidiri. O livro consiste em um manual com todo o passo-a-passo de como coletar dados e criar recursos que possibilitem a preservação de uma língua minoritária dentro do ciberespaço.

Em 2009 a UNESCO lançou a terceira edição do Atlas das Línguas em Perigo no Mundo³, trazendo-nos um dado importante sobre a presença de idiomas no mundo: das 6.912 línguas existentes no planeta, 2.500 estão em perigo. Desta quantidade, 32,3% estão nas Américas, 31% na Ásia, 14,1% na Europa, 11,7% na África e 10,7% na Oceania. Em complemento a essas informações, o site Ethnologue⁴ expõe que 94% da população mundial fala apenas 3,8% de todas as línguas vivas hoje. Cruzando todos esses dados, pode-se inferir que 90% das línguas autóctones da América estão na lista de línguas em risco, sendo o Brasil o país com maior percentual de línguas em perigo – e sendo todas estas indígenas (Silva, 2009). Já em 2012 surge o Endangered Languages Project⁵, criado pela Google, como forma de atenuar o desaparecimento de línguas em risco e fornecer material acerca do tema. A plataforma é colaborativa, visto que qualquer pessoa pode se cadastrar e postar material, e este vai desde aulas virtuais até artigos com estudos específicos sobre determinada língua, seus sistemas escritos ou grupos fonéticos. A iniciativa é apoiada pela Aliança pela Diversidade Linguística que por sua vez é formada por ONGs, universidades e centros de estudos de diversas partes do mundo.

Entre países europeus é bastante forte a criação de políticas e recursos para a preservação de línguas em processo de desaparecimento. A própria União Europeia

³ Disponível em <http://www.unesco.org/languages-atlas/>

⁴ Disponível em <https://www.ethnologue.com/>

⁵ Disponível em <http://www.endangeredlanguages.com/>

trabalha pela promoção do multilinguismo sob duas vertentes: a primeira é a de preservar a diversidade linguística, e a segunda, a de promover a aprendizagem de línguas. A Comissão Europeia, inclusive, possui uma plataforma na internet dedicada a informar à sociedade civil o que foi e vem sendo feito em prol de ambas as metas. O website da CE possui tradução nas 24 línguas oficiais da União Europeia – um avanço para o multilinguismo virtual, embora ainda um número baixo em relação à quantidade de línguas existentes no mundo.

Embora não exista ainda um diálogo entre países do Mercosul, pela preservação de suas línguas minoritárias, ao longo dos últimos anos os governos e a sociedade civil vêm tomando medidas individuais para atenuar esse problema. Na América Latina, em geral, já existem algumas iniciativas nesse sentido. Em 2011, por exemplo, um projeto aprovado pela Universidade de Cuenca, no Equador, custeou vinte estudantes falantes da língua waotededo para irem à aldeia amazônica de Toñampari oferecer educação bilíngue às crianças da comunidade, visto que muitas delas estavam crescendo sem saber a língua materna de sua comunidade. Os próprios professores, em sua maioria nativos das comunidades falantes daquelas línguas, viram na oportunidade um meio de preservarem suas culturas.

Outra dessas iniciativas ocorreu em 2012, quando estudantes universitários falantes do guarani começaram a traduzir o navegador Mozilla Firefox para a língua, no Paraguai. A elaboração de um glossário específico para o ambiente virtual fez com que fossem, inclusive, criados novos termos para a língua, o que ajuda a expandir seu léxico. Embora seja falado por 90% da população paraguaia, o guarani é frequentemente associado à marginalidade e à pobreza, e, segundo os idealizadores do projeto, a expansão de ambientes nos quais ele é utilizado ajudaria a desfazer essa ideia.

Iniciativas como estas ainda parecem pequenas e não têm a visibilidade que deveriam, mas já se apresentam como avanços na área. Elas são importantes, inclusive, para embasar o foco deste trabalho, que é o multilinguismo latino-americano. Dessa forma, no próximo capítulo pretende-se analisar a seguinte questão: sendo a América Latina um continente tão rico em idiomas nativos, como estes começaram a desaparecer?

2.2. Multilinguismo e América Latina

Segundo dados do Linguamón, as línguas da América se dividem em três famílias: a ameríndia, a na-denê e a esquimó-aleutiana. Estas tiveram origem durante três ondas

migratórias ocorridas há cerca de 18.000 anos. A ameríndia é a mais ampla e diversa, sendo que suas 600 línguas se dividem em mais de 100 subgrupos. Essa grande diversificação deve-se tanto à extensão do território quanto ao fato de que os grupos humanos presentes viviam em relativo isolamento.

Das línguas faladas no mundo, que, como dito anteriormente, são cerca de 7.000, 10% se concentram na América Latina. O processo de desaparecimento destas, começado por volta dos anos de 1500, início da colonização das Américas, não foi natural, ao contrário do que se possa vir a pensar. Registros históricos, muitas vezes, querem fazer-nos pensar que as mudanças linguísticas foram um processo de “transmissão”, pura consequência da miscigenação entre culturas, e o que os colonizadores tinham a intenção de apenas comunicar-se propriamente com seus colonizados. Porém, existiu desde o início todo um planejamento estratégico para impor o castelhano às tribos nativas da América Latina. Os conquistadores que primeiro chegaram ao continente latino-americano o descrevem como uma terra de grande diversidade étnica e linguística. Já se coloca, então, desde o início do “descobrimento” o desafio de reduzir ao máximo essa pluralidade de línguas com vias a, supostamente, facilitar o entendimento e a interação entre povos (Alfaro, 2001).

Os grandes estudiosos e gramáticos da época ganham, posteriormente, a tarefa de tornar as línguas nativas mais inteligíveis. Foi uma medida de aproximação entre os povos, e houve, então, um grande esforço para traduzir os princípios católicos para as línguas ameríndias, bem como a criação de cânticos em língua nativa para divulgar a fé cristã. *A posteriori* serão elaborados dicionários, vocabulários, tipos artísticos e gramáticas que caracterizem essa produção. Sobre o lançamento da *Gramática Castellana*, famosa publicação de Antonio Nebrija, e a colocação da “língua como companheira do império”, Alfaro afirma que “evidencia a percepção política das relações entre Estado e língua, ou melhor, entre política imperialista e hegemonia linguística”. A aprendizagem das línguas indígenas que os intelectuais e escritores da época se dispuseram a fazer não tinha como intenção primária facilitar a comunicação entre povos, como foi proposto, mas, sim, apropriar-se do idioma para que se pudesse antes de tudo, inserir a religião católica no Novo Mundo. A estratégia foi acertada, pois os nativos, que também queriam compreender o povo que aqui chegara, não ofereceram resistência àqueles rituais.

Durante os primeiros anos da presença de missionários franciscanos em terras americanas, uma das primeiras medidas tomadas foi aprender o náhuatl – língua asteca falada pelos povos originários mexicanos - a fim de poder relatar brevemente os princípios da doutrina católica na língua mãe dos nativos e elaborar canções religiosas, outra estratégia de catequização. A publicação da Gramática de Nebrija, em 1492, serviu como a oficialização da política de linguagem na América Latina. O próprio autor desta proclamou que era a partir deste acontecimento que se podia dizer que estava, de fato, em marcha a *República de Castilla*, pois agora além de haverem “purificado” a religião dos nativos, a língua estava reformulada e flexibilizada de forma a adequar-se a todas as necessidades daquela comunidade linguística. “Portanto, a língua de *Castilla* era um meio unificador da nação e ‘um instrumento cultural e político de uma sociedade que se afirmava’ (López, 1997).

Os governos vigentes ao longo do período de intensa catequização nas terras ameríndias tomaram diferentes medidas em relação à imposição da aprendizagem do castelhano aos nativos, visto que muitos ainda resistiam a esta. Não existia uma lei que forçasse especificamente a que os nativos aprendessem castelhano, mas eram criadas condições que o fizessem. Em 1688 foi encontrada uma solução definitiva para obrigar os indígenas ao aprendizado do castelhano, com uma medida proposta pelo bispo de Antequera Oaxaca ao rei Carlos I: sua ideia era a proibição de cargos públicos aos indígenas e descendentes que não se dispusessem a aprendê-lo no prazo de três a quatro anos. Passado esse prazo, os que não houvessem aprendido estariam inábeis a ocupar cargos de importância no governo e excluídos de tal âmbito. O rei pensou que a medida funcionaria pelo fato de que muitos já se encontravam marginalizados em suas próprias terras, mas, no fim das contas, não houve a eficácia esperada porque muitos continuaram a recusar-se em aprender o idioma

Ao longo do tempo, o ensino do castelhano deixou de ter apenas o cunho de instrução religiosa e passou, também, a ser visto como de fundamental estratégia política. A Coroa até considerava que os indígenas aprenderiam os princípios do catolicismo de forma mais eficaz em suas próprias línguas, mas achavam que, como novos súditos espanhóis, deveriam aprender a língua de seus governantes, até mesmo como forma destes poderem controlá-los de forma mais direta.

Francisco de Lorenzana, o arcebispo do México, e autor do *Reglamento para que los indios sean felices en lo espiritual y lo temporal*, estabeleceu a seguinte regra:

[...] que tenham escolas de castelhano e aprendam os índios a ler e escrever, pois deste modo evoluirão, saberão cuidar de suas casas, poderão ser oficiais de República y explicar-se com seus superiores, enobrecendo suas Nações, e acabando com a ignorância que têm não apenas dos Mistérios da Fé, mas também no modo de cultivar suas terras [...], ao que se acrescenta ser falta de respeito falar em seus idiomas com seus superiores, ou diante deles, podendo fazê-lo em castelhano, ainda que falando pouco (Lorenzana, apud López, 1997, p. 32, tradução nossa)

Para Lorenzana, valia o precedente dos gregos e romanos antigos, que diziam que era direito do conquistador impor a língua aos conquistados. Era uma forma de despossuir um povo de sua língua e diminuir sua capacidade de argumentar em favor próprio. “A unidade do idioma – que não poderia ser outro que não o do império, eliminando línguas ameríndias - asseguraria a unidade espiritual da nação e o progresso de seus cidadãos” (López, 1997).

Avançando agora para o século XIX, quando já estão em curso os processos independentistas dos países latino-americanos, a diversidade linguística que um dia existira nas Américas já quase não existe mais. A Revolução Burguesa que ocorre paralelamente na Europa traz consigo discussões sobre direitos humanos e cidadania, inspirando nos países andinos suscitações sobre os mesmos temas. Ainda assim, como afirma Alfaro (2001), não existe nenhuma pauta referente à questão linguística. A unificação da língua castelhana já estava tão consolidada em nossa realidade que nem mais chegava a ser um problema.

As primeiras constituições dos Estados nacionais recém-independentes refletem bem como o ideário colonizador se firmou por aqui, trazendo propostas educativas sem nenhuma abertura para a diversidade linguística. “As línguas indígenas carregam o estigma do atraso e a língua espanhola simboliza a chave da modernidade”, tanto que as Constituições da década de 30 extirpam totalmente o uso de línguas ameríndias e definem o espanhol como língua oficial de instrução.

Hoje, como visto anteriormente, tenta-se recuperar essa falha nas políticas de preservação linguística através de ferramentas que ajudem na revitalização dos idiomas que atualmente encontram-se em risco. A internet tem um papel fundamental nesse processo, sendo considerada prioritária nos projetos de diversos órgãos e ONGs que se interessam pela preservação. A seguir, veremos como a *web* tem se relacionado ao multilinguismo ao longo dos últimos anos e como pode ser ainda mais eficaz futuramente.

2.3. Multilinguismo e web 2.0

A internet, em seus primórdios, não era o grande sistema que conhecemos hoje, com as mesmas funções e utilizações que damos a ela. Seu surgimento aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, quando se deu advento das máquinas inteligentes. O objetivo da criação de um sistema interconectado que possibilitasse comunicação em tempo real era, inicialmente, apenas uma estratégia de segurança. Porém, o que começou como apenas um projeto militar acabou provando ter um potencial lucrativo e de expansão da dominância estadunidense para outros contextos. Simultaneamente ao nascimento da web, foram criados os *think tanks*, reservatórios de ideias surgidos no contexto da *Operations Research*, que era a pesquisa que visava formalizar modelos de análise aplicáveis às operações militares (Mattelart, 2002).

No âmbito dos *think tanks* diversos especialistas de áreas como a economia, a matemática, a engenharia e a física trabalhavam como consultores, sendo incitados a partilhar seus conhecimentos. “Polivalente e pluridisciplinar, esse tipo de reservatório de ideias se revelará pouco a pouco um local estratégico na produção de um saber orientado para o planejamento da sociedade do futuro” (Mattelart, 2002, p. 59). Tanto que, cerca de 20 anos depois é lançada a Arpanet, tida como ancestral da internet e que já tinha um caráter mais social que os antigos sistemas voltados apenas para uso militar. Desde seu início, seus desenvolvedores primavam pelo princípio da livre circulação de informação e que esta fosse uma rede cooperativa entre os usuários, responsáveis pelo material que circularia por ela.

O economista Fritz Machlup foi pioneiro na tentativa de quantificar atividades de produção e de distribuição, ou seja, foi o primeiro a tentar encontrar um meio de medir a informação, pois tornou o conhecimento um recurso econômico. Sua intenção principal era otimizar os sistemas de formação profissional, aumentando sua produtividade, de forma que ele nunca intencionou suscitar todo um debate sobre a sociedade do conhecimento. Porém, sua tentativa de quantificar a informação despertou questionamentos nos estudiosos da área de Estudos Culturais, e foi nesse contexto de discussão que se criou o termo “sociedade da informação”. Acima, ao discorrermos sobre o multilinguismo e suas problemáticas em geral, comentamos brevemente sobre o assunto ao falarmos do conceito e das consequências do processo de globalização. Agora, nos aprofundaremos em sua definição, história e desenvolvimento, explicando como a

sociedade da informação funciona em nosso modelo atual de sociedade e economia, e em como ela se relaciona com a preservação de línguas minoritárias.

Embora o conceito seja relativamente recente, a construção da sociedade da informação remete a todos os episódios de construção de meios tecnológicos ao longo da história. Pode-se dizer que ela seria a Terceira Revolução Industrial. O termo em si surgiu quando a expressão “pós-industrial” passou a ser rejeitada pelo meio acadêmico, visto que nosso modelo econômico ainda é industrial, embora em diferentes moldes. Vários outros nomes foram propostos para designar tal momento sociológico, mas “sociedade da informação”, proposto por Bell, foi o mais bem aceito.

Considerando-se, então, seu contexto de surgimento e características básicas, “podemos entender por ‘sociedade da informação’ a sociedade que está em constituição, na qual a utilização das tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação são produzidas com baixo custo, para que se possa atender às necessidades das pessoas, além de se preocupar com a questão da exclusão, agora não mais social, mas também digital” (Santos & Carvalho, 2009).

Santos & Carvalho sugerem em sua definição um interessante ponto de discussão ao incluírem nela a questão da exclusão digital como uma das preocupações primárias da SI. Esta remete ao fato de que o acesso às TICs não é igualitário, visto que estas se desenvolvem prioritariamente nos países mais ricos e para as classes mais ricas, dando à *web* um caráter exclusivista em vez de democrático – o qual supostamente seria sua principal característica. Esse fenômeno causa a chamada brecha digital, definida por Artur Serrano como “a separação que existe entre pessoas (comunidades, estados, países...) que utilizam as novas tecnologias da informação com uma parte rotineira de suas vidas e aquelas que não têm acesso às mesmas e ainda que tenham não sabem como utilizá-las”. A marginalização digital é a consequência dessa deficiência. Como se pode concluir pela própria definição, esse fenômeno acomete às camadas da sociedade que não puderam ter o devido acesso aos recursos e utilizações do ciberespaço, estando agora em desvantagem na dinâmica da Nova Economia. Sobre essa questão, López (2002) faz a seguinte afirmação:

O que queremos destacar é que a Sociedade da Informação não se resolve somente ensinando aos pobres como se usa um computador, supõe estabelecer os direitos essenciais. Supõe resolver os direitos essenciais que permitam um desenvolvimento integral do indivíduo e que lhe permita participar desse tempo de mudanças, a ver: a

alimentação, a educação, a saúde, o direito ao trabalho, etcétera. Ver este fenómeno apenas de um ponto de vista tecnológico é simplificar ao extremo o problema apresentado. (López, 2002, p. 3, tradução nossa)

Ou seja, o foco da inserção de novos usuários na sociedade da informação não pode ter um caráter superficial. Não é apenas o ensino puramente de como se usa um computador, mas, também, de como seus recursos são aproveitáveis para uma melhora na vida do indivíduo e da comunidade no qual está inserido.

Na América Latina, López acredita que a principal deficiência no acesso às TICs seja a forma como os agentes da sociedade da informação se organizam em torno de sua constituição. Não havendo ordenação dentro do movimento, também não há estímulo à produção de conteúdo nacional para a web, estando a América Latina e o Caribe, bem como outros continentes, culturalmente excluídos da internet. Eis porque a rede é monopolizada cultural e linguisticamente por países mais economicamente desenvolvidos: porque nestes existem departamentos específicos que cuidam das estratégias para manter sua predominância na *web*.

Oliveira (2010) aponta para o fato de que entre os anos de 1970 e 1990 o capitalismo sofreu mudanças em direção à SI. O que se sucedeu foi que até meados dos anos 70 o modelo econômico vigente era o fordista, baseado nos ganhos em escala: “quanto maiores as fábricas e mais unidades de um mesmo produto eram produzidas, menor o custo e maiores os ganhos de produtividade”. Porém, chegou um momento no qual esse modelo se esgotou, abrindo espaço, então, para a Nova Economia, na qual o modelo de produção é flexível, principal diferença desta para o fordismo. Nesta, ainda, a comunicação tem papel essencial no processo produtivo, sendo que antes era desnecessária e não exercia papel nenhum na rotina do trabalhador. A cadeia de produção funcionava de forma a que os funcionários não se comunicassem acerca de assunto nenhum, um dos modos de agilizar o trabalho sempre intenso. Porém, agora, comunicar-se é necessário em qualquer fábrica ou empresa. E é justamente o fato de que a produção, hoje, é baseada majoritariamente em comunicação que exalta o lugar das línguas na sociedade e o crescimento de sua importância em diversos âmbitos, sendo um deles a internet.

A SI cresce, então, cada vez mais como aliada da expansão linguística na internet. E não é apenas uma aliança: uma é necessária para que a outra aconteça. Ainda assim, ao

falar-se dessa expansão acontecida pela ampliação de mercados e pela necessidade de comunicação, temos que levar em conta que ela abrange majoritariamente línguas “oficiais”, não dando margem à presença de línguas em risco. Afinal, dentro da economia formal está considerado determinado grupo social – de governos e empresários, órgãos que têm interesses pessoais - e não os potenciais usuários da internet como um todo. A seguir, ao falarmos de multilinguismo e web, falaremos da sociedade da informação não apenas como criadora de um conceito econômico, mas, também, como catalisadora desse movimento em prol da preservação de línguas em risco de extinção.

Coronel-Molina abordou em seu trabalho o papel das novas tecnologias na revitalização de línguas em risco a partir de suas pesquisas com o quéchua e o aimara. Sobre a revitalização, ela a define como se segue.

[...]reestabelecimento ou fortalecimento de uma determinada língua em domínios onde ela previamente funcionava antes de ser substituída por outra língua de mais poder e prestígio. Isto quer dizer que a revitalização tem tanto a ver com as línguas que deixaram de ser empregadas na comunicação diária como com as que possuem uso restrito que variam segundo o contexto (Coronel-Molina, 2005, p. 33)

Além do reestabelecimento, a autora inclui também a reversão, processo descrito por Fishman como uma espécie de retorno, no qual faz-se o “caminho de volta” da língua com o fim de restabelecê-la como meio de comunicação na vida cotidiana. A transmissão intergeracional é esse caminho, sendo essencial para manter a língua viva.

É sabido que a língua franca da internet é o Inglês, embora a presença de outros idiomas tenha crescido exponencialmente ao longo dos anos. Isso se deve ao fato de que, popularmente, os estadunidenses são conhecidos como pais da internet – como dito acima.

Os estudiosos do tema garantem que o ciberespaço é o meio mais eficaz de manter a língua viva, e que os povos indígenas podem desenvolver um biculturalismo que lhes permita manter suas tradições e utilizar ferramentas tecnológicas modernas em seu favor. Já existem iniciativas nesse sentido, a exemplo da AILLA (Archive of Indigenous Languages of Latin America), do *Rosetta Project* e do Projeto de Documentação de Línguas da Universidade do Haváí.

Guesser (2007) aponta para dados colhidos em 2005, quando houve um expressivo aumento da participação de línguas latinas europeias com relação ao Inglês na internet – dados apurados pela Funredes. Porém, embora isso demonstre uma reação de oposição à

hegemonia da língua inglesa no ciberespaço, ainda carrega o estigma colonizador consigo, visto serem essas línguas as seguintes: espanhol, francês, italiano, português e romeno. São línguas que, em suas sociedades são faladas por maiorias. Entretanto, expor esses dados é importante para demonstrar que já existe uma atribuição de importância ao ciberespaço como meio de preservação de línguas. Guessier acrescenta que “o espaço-tempo do ciberespaço, somado com as possibilidades de interação em diferentes línguas locais, pode vir a permitir maior e mais ampla sociabilidade, ao passo que produz uma divisão digital menos exclusiva e menos centralizadora”.

Guessier, em sua citação, nos possibilita relacionar de forma muito estreita o multilinguismo e o ciberfeminismo. Embora a relação entre os dois não pareça clara inicialmente, têm em comum a característica de serem essencialmente descentralizadores e buscarem possibilitar que a internet seja um espaço de identidade e agregação. Foi essa constatação uma das motivações deste trabalho. A seguir, veremos a análise dos resultados do questionário aplicado nessa pesquisa, com o objetivo de verificar a presença de línguas minoritárias em páginas *web* de teor feminista e, a partir de sua análise, buscaremos perceber qual a visão dos responsáveis pela comunicação dessas ONGs – que, direta ou indiretamente são atores do ciberfeminismo – sobre as dificuldades em incluir línguas minoritárias na *web*.

3. ESTUDO DE CASO DE SITES FEMINISTAS

Esse estudo é classificado como exploratório, por se constituir de revisão bibliográfica – com vias a familiarizar o leitor com o tema – e, posteriormente, a aplicação de uma entrevista para melhor embasar o tema. O método foi comparativo, por procurar os padrões dentro da entrevista que foi aplicada ao grupo específico. Padrões, nesse contexto, são representados pelos problemas comuns, apresentados nos relatos dos respondentes.

A seguir, veremos os resultados e a análise de um questionário elaborado com vias a entrevistar ONGs feministas da América Latina como forma de averiguar quais são as barreiras linguísticas encontradas na configuração das páginas e como essas organizações acreditam que o problema possa ser contornado. Por havermos nos comprometido a manter o anonimato dessas ONGs não divulgaremos os nomes, expondo apenas dados gerais sobre elas. O questionário foi enviado a sete organizações diferentes, localizadas em cinco países: El Salvador, Peru, Bolívia, Paraguai e Chile. Todos esses países são multilíngues, como dito anteriormente, e possuem uma expressiva porcentagem de população indígena. As ONGs têm em suas pautas questões como o empoderamento feminino, a promoção da igualdade entre homens e mulheres, a violência doméstica, o assédio sexual, trabalho e emprego, políticas públicas e questões indígenas na esfera pública. Nosso questionário buscou investigar as principais dificuldades encontradas em configurar uma página multilíngue, bem como o que se pensava a respeito do tema.

Anteriormente, falamos acerca de dois movimentos que acontecem na *web 2.0* com vias a torná-la mais democrática e acessível a públicos que nem sempre conseguem se incluir nela de forma a aproveitar todas as suas potencialidades. O ciberfeminismo é conhecido hoje com um movimento amplo, pois abrange todo um conjunto de manifestações feministas na *web*. Está nos blogs, nas redes sociais, fóruns, revistas digitais, dentre outros tipos de páginas que possuem informações referentes ao tema. O multilinguismo, embora seja nomeado enquanto uma característica, cresce enquanto manifestação política e cultural, pois não é mais visto apenas como uma prática, mas, também, enquanto meio de resistência aos processos colonizadores que a globalização vem trazendo desde a época dos “descobrimentos”.

Para este trabalho, escolhemos páginas *web* que são os canais de comunicação de ONGs feministas da América Latina, independente da corrente específica para a qual se

voltam. Nossa intenção foi investigar se essas páginas - que são provenientes e atuam em países de grande diversidade linguística - também têm conseguido prover a mulheres indígenas e não-falantes do espanhol a mesma possibilidade de informação que àquelas que dominam o idioma oficial do país. Antes de pensarmos sobre o questionário, acessamos as páginas e constatamos que elas estão apenas em Espanhol, sem nenhum conteúdo expresso em línguas indígenas. Tal fato nos fez começar a pensar em meios pelos quais aquela informação poderia ser acessada por uma mulher que não dominasse o idioma e quais recursos poderiam ser pensados para os canais com vias a melhorar isso. Foi então que decidimos elaborar um questionário para averiguar o que se pensa sobre o assunto.

O questionário compõe-se de cinco perguntas, sendo duas objetivas (1 e 3) e três abertas (2, 4 e 5). As perguntas e respostas estão todas em espanhol, visto que todos os países escolhidos como foco da entrevista o tem como língua oficial e, além das respostas originais, colocamos tradução própria. Das organizações escolhidas, três enviaram as respostas.

A seguir serão apresentadas as perguntas, seguidas da resposta recebida e respectiva análise.

1. Qual o nível de importância que sua organização atribui à internet como forma de ativismo feminista (sendo 1 o menos importante e 10 o mais importante)?

Para a resposta a essa pergunta foi criada uma barra numerada de 1 a 10, onde os respondentes precisavam avaliar a importância do que foi proposto de acordo com suas opiniões.

Duas das participantes atribuíram o número 9 - caracterizando 66,7% - e uma, o número 10 - completando os 33,3% restantes, mostrando que as organizações respondentes atribuem grande importância à internet, como forma de ativismo feminino.

2. Quais são as principais dificuldades encontradas na configuração da página web da ONG?

Resposta 1: “El feminismo no nace con la tecnología y ella llega en medio de muchas luchas a convertirse en una herramienta fundamental, acostumbrarse a su uso, valorar su importancia es un trabajo que se impregna en nuestra institución de forma paulatina”.

Tradução da resposta 1: “O feminismo não nasce com a tecnologia e ela chega por meio de muitas lutas a converter-se em uma ferramenta fundamental, acostumar-se a seu uso, valorizar sua importância é um trabalho que se impregna em nossa instituição de forma paulatina”.

Resposta 2: La retroalimentación y actualización del sitio sobre todo cuando se carece de personal humano para hacerlo y el apropiarse de las nuevas tecnologías para desarrollar mejor el trabajo y estar enteradas de las situaciones específicas enfrentadas por las mujeres alrededor del mundo.

Tradução da resposta 2: “A retroalimentação e atualização do site sobretudo quando falta pessoal para fazê-lo e apropriar-se das novas tecnologias para desenvolver melhor o trabalho e estar inteiradas das situações específicas enfrentadas pelas mulheres ao redor do mundo”.

Resposta 3: “contar con una persona que se encargue de ella y pueda coordinar los cambios más rápidos”

Tradução da resposta 3: “Contar com uma pessoa que se encarregue dela e possa coordenar as mudanças mais rápido”.

A primeira resposta denota, então, que o ativismo digital é visto como importante, mas, não, como fundamental, e que ele é consequência, justamente, da era da informação. A partir das duas últimas respostas, pode-se afirmar que uma das principais dificuldades é o fato de que falta mão-de-obra qualificada para encarregar-se do site de forma constante, ou seja, não há nas ONGs um departamento específico para isso.

3. Sua organização crê que uma página web multilíngue poderia ser benéfica para o público destinatário?

A pergunta 3 tinha duas opções possíveis, que eram sim e não e 100% dos participantes votaram em “sim”. É possível perceber que as respondentes veem importância em uma página multilíngue.

4. Em sua opinião, como um site multilíngue traria mais benefícios para as mulheres do país (levando em conta a diversidade cultural e religiosa)?

Resposta 1: “En la cercanía, en un mayor acceso a la información”

Tradução da resposta 1: “Nas proximidades, em um maior acesso à informação”

Resposta 2: “Puede permitir y acercar el conocimiento a grupos diversos y que no se necesitan de una plataforma virtual multilingüe, siendo el acceso a la información y tecnologías un derecho humano necesario”.

Tradução da resposta 2: “Pode permitir e aproximar o conhecimento a grupos diversos que não necessitam de uma plataforma virtual multilíngue, sendo o acesso à informação e tecnologias um direito humano necessário”

Resposta 3: “lo que no se nombra no existe, por eso un enfoque intercultural sirve para que todas y todas vivamos cada día sin olvidarnos que somos diversas y diversos No entiendo que tiene que ver en su pregunta lo religioso”.

Tradução da resposta 3: “O que não se denomina não existe, por isso um enfoque intercultural serve para que todas e todas vivamos cada dia sem esquecer-nos que somos diversas e diversos. Não entendo o que tem a ver em sua pergunta o religioso”.

A pergunta 4 tinha como intenção averiguar quais meios seriam propostos pelas organizações para aumentar o multilinguismo dentro das páginas web. Os critérios a

serem considerados foram “cultural” e “religioso” pelo fato de serem dois fatores de influência na linguagem a ser utilizada em páginas web. As respondentes acreditam em um enfoque multicultural como forma de amplificar seu público e na informação como um direito humano básico, independente de voltada para as mulheres apenas.

5. Em sua opinião, existe alguma forma de aumentar a presença de mulheres indígenas no meio digital?

Resposta 1: A través de la formación en el uso y la importancia de la tecnología de la información.

Además promoviendo políticas para que el Estado disminuya los costos del acceso al Internet, viéndolo como un derecho, y genere políticas para facilitar el acceso en la totalidad del país.

Tradução da resposta 1: “Através da formação no uso e na importância da tecnologia da informação.

Além disso, promovendo políticas para que o Estado diminua os custos do acesso à internet, vendo-o como um direito, e gere políticas para facilitar o acesso na totalidade do país”.

Resposta 2: Sí, a través de una plataforma virtual que permita la lectura y comprensión a toda la diversidad de personas a nivel mundial, es importante que se pueda llegar a más mujeres para lograr ser equitativas e igualitarias en nuestra sociedad, pues los grupos indígenas son aún más discriminados y desvalorizados, por tanto, el medio digital favorecerá al empoderamiento y al conocimiento de las mujeres.

Tradução da resposta 2: Sim, através da uma plataforma virtual que permita a leitura e compreensão a toda a diversidade de pessoas a nível mundial, é importante que se possa chegar a mais mulheres para conseguir ser equitativas e igualitárias em nossa sociedade, pois os grupos indígenas são os mais discriminados e desvalorizados, portanto, o meio digital favorecerá o empoderamento e o conhecimento das mulheres.

Resposta 3: “Varias formas”

Tradução da resposta 3: “Várias formas”

A primeira respondente acredita que, além da capacitação no uso e na conscientização dos benefícios que este pode trazer, é necessário que o Estado invista nisso, diminuindo os custos do uso da internet. A segunda acredita em uma plataforma virtual específica e reconhece os grupos indígenas como os mais negligenciados. Para ela, o meio digital favorecerá que essas mulheres possam se empoderar e adquirir novos conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da bibliografia, leva a inferir que já existiu, e de certa forma ainda existe, a ideia equivocada de que povos indígenas não necessitam das tecnologias ou que não as querem em suas rotinas. Esse pensamento leva a que o Estado deixe em segundo plano e não invista em políticas de inclusão digital para que as comunidades possam ter acesso às facilidades que os recursos tecnológicos trazem às nossas vidas cotidianas. De qualquer forma, a web tem sido um canal de importância para o ciberfeminismo, por exemplo, há pequenas iniciativas que demonstram que indígenas já usam o canal para divulgar sua cultura e mostrar como vivem. No Brasil existe o CIDI (Centro de Inclusão Digital Indígena), bem como o *Índios Online*. Em ambientes digitais como esses, indígenas ganham a possibilidade de expor sua cultura. É uma parte da rede feita por eles para quem tem pouco conhecimento do funcionamento de suas tribos e de suas relações sociais. Agora, a sociedade, de modo geral, deve se preocupar em realizar o movimento contrário, possibilitando que todos os canais de comunicação sejam acessíveis a todos os povos— não como uma imposição, mas como uma opção dada.

O feminismo não é um movimento estagnado: ele continua evoluindo constantemente e abrindo espaço para vertentes diversas, tanto que seria mais adequado trata-lo no plural que no singular. Dizer que os princípios dos feminismos como os conhecemos seriam adequados aos problemas e questões das mulheres indígenas denota arrogância de nossa parte e até uma herança da mesma mentalidade dos colonizadores que aqui chegaram em 1500. Porém, abrir um novo espaço de compartilhamento e divulgação de informações daria às mulheres indígenas novos subsídios para que pudessem repensar suas formas de vida e o modo como desejam se ver em suas respectivas sociedades – assim como acontece conosco, quando começamos a entender o feminismo. Foi o que fez Juliana Paredes quando propôs o feminismo comunitário, tentando adaptar uma corrente europeia às questões latino-americanas, ou Marta Sánchez ao envolver-se em lutas por direitos indígenas ao mesmo tempo em que tentava achar voz própria dentro de um feminismo no qual ainda não se sentia incluída (Citadas no artigo de Rodriguez, 2015). Eis por que munir o espaço digital de todas as ferramentas que forem necessárias para cumprir esse desafio.

A internet é o principal meio de democratização da informação do qual se pode fazer uso atualmente. Porém, não basta nos atermos a esse fato sem pensar em como melhorar todas as suas potencialidades; é necessário achar os meios adequados de utilizar-se dessa ferramenta, tornando-a acessível a todos os públicos e democratizando, inclusive, seu papel ideológico. Tanto o ciberfeminismo quanto o multilinguismo adentram esse tema, sendo pontos de importância para a democratização da internet, enquanto o ciberfeminismo é um catalisador da participação feminina na *web*, e o multilinguismo uma prática a ser preservada e implementada através do mesmo canal. Nossa pesquisa teve como seu principal objetivo relacionar ambas as práticas, colocando-as como complementares para a participação de mulheres falantes de línguas minoritárias na internet, com o enfoque nas mulheres indígenas.

O ciberfeminismo é prática ainda pouco conhecida e, em um primeiro momento, pode ser rejeitada pelas ativistas do feminismo. Por vezes o ativismo que se faz em meio virtual é considerado preguiçoso ou desinformado quando, na verdade, é um ótimo meio de ampliar a participação e difusão das ideias feministas. Atualmente, não há meio mais eficaz de fazer circular uma informação. O ciberfeminismo, hoje, é uma variação do conceito complexo proposto por Donna Haraway (2009) há anos atrás: ele é a representação das ideias e lutas feministas virtualizados. E a maior vantagem disso é que essa virtualização abre espaço – ou ao menos tem o potencial de fazê-lo - para todo tipo de feminismo, e é um dos canais que podem ajudar na “desocidentalização” que vem sendo buscada de forma a fazer um feminismo mais compreensivo, abrangente e, como proposto por Juliana Paredes, comunitário.

O multilinguismo seria um complemento na construção desse novo movimento feminista. Afinal, a internet é feita em moldes essencialmente ocidentais, a começar pelas línguas que a dominam, sendo o Inglês a predominante. Ampliar o espaço de informação às mulheres, tentando englobar todas as suas particularidades, passa por tornar a prática multilíngue uma prática virtual. Uma das lutas do ciberfeminismo é tornar a tecnologia uma nova ferramenta de trabalho e de difusão das reivindicações feministas, duas ferramentas que se mostrariam extremamente úteis em comunidades onde as mulheres ainda não têm a independência financeira ou conhecimento de quais são seus direitos.

Em 2013, o 12º Fórum Permanente de Questões Indígenas trouxe à tona alguns dados sobre os fatores que vêm favorecendo uma maior inserção política dos povos indígenas na sociedade e, dentre estes aspectos, está uma maior procura deles próprios

por acesso às novas tecnologias de informação (TICs), “como telefonia móvel, Internet e redes sociais”. Esse dado nos mostra que o uso de novas tecnologia necessita de novas aberturas e que já não pode ficar restrito e acessível apenas a determinados grupos sociais.

Segundo o relatório do estudo “Cidadania Intercultural – Contribuições da participação política dos povos indígenas na América Latina”, a dificuldade de inserção política entre os povos indígenas é ainda pior entre as mulheres, pois elas enfrentam uma tripla discriminação: além de mulheres, são indígenas e pobres. No caso delas, em específico, questões como participação política, temas de saúde sexual e reprodutiva ainda são os mais atrasados. Ainda em 2013, o documento “Mulheres indígenas na América Latina: dinâmicas demográficas e sociais no âmbito dos direitos humanos”, divulga dados da ONU: “[...] indica que as mulheres indígenas têm capacidades e potencialidades para agir como agentes de mudança e geradoras de bem-estar e de desenvolvimento sustentável de seus povos, mas sofrem discriminações de caráter econômico, étnico, de classe e de gênero, que se manifestam em múltiplas vulnerabilidades”⁶.

Constatações como essas demonstram, que ao falar de mulheres indígenas latino-americanas, estamos lidando com um dos grupos mais vulneráveis em termos de participação social e política, fator que impulsionou, em grande parte, a escolha do tema deste trabalho. Foi curioso notar que, de fato, nenhuma das páginas oferecia qualquer opção linguística que não o Espanhol, embora em alguns dos países, haja uma maioria da população que não tem o Espanhol como primeira língua e sendo que, dentro desta população, há um grupo grande de mulheres que estão excluídas, em parte, por esse empecilho. O que nos reforçou essa ideia foi, também, o fato de que das sete organizações às quais o questionário foi enviado, apenas três responderam, demonstrando que, infelizmente, ainda não se dá a devida importância ao tema.

Juntar temas feministas e preservação de línguas ainda é um “terreno em construção” dentro da sociolinguística, pois se trata de uma parte deste campo de estudos que adentra os direitos humanos. Há pouco tempo atrás, falar de línguas juntamente a direitos humanos parecia algo impensável, mas, hoje, em um mundo onde as distâncias são diminuídas justamente pelo processo da globalização e os movimentos migratórios

⁶Disponível em: <http://nacoesunidas.org/america-latina-235-milhoes-de-mulheres-indigenas-afetadas-pelas-desigualdades-etnicas-e-de-genero/>

crecem cada vez mais em diferentes direções, é uma pauta necessária. E é claro que ao pensarmos esse trabalho, também consideramos que a língua como instrumento de acesso à informação, é um direito de todos, independentemente do gênero. Entretanto, nosso foco foi o feminismo pelo fato de que o movimento tem procurado cada vez mais formar novas vertentes, adaptando-se às diferentes culturas ao redor do mundo e, possuir ferramentas linguísticas seria de grande ajuda para esse objetivo. Não pode haver apenas um feminismo em um mundo onde existem tantas culturas, sociedades e ideias distintas, bem como não pode predominar apenas uma língua em um ambiente que abre possibilidades tão diversas, como a internet. Vemos a prática multilíngue na *web* como uma forma de ampliar nossa luta para as mulheres de povos indígenas que, por vezes, não têm as ferramentas necessárias para formar sua própria prática feminista ou o conhecimento dos direitos femininos em seus países. Por isso, concluímos esse trabalho ressaltando a necessidade de levantar uma nova reflexão acerca do ciberespaço e da democratização da internet, bem como sobre a expansão do feminismo através de novas práticas e canais de informação.

REFERÊNCIAS

ALFARO, Consuelo. As Políticas Linguísticas e as Línguas Ameríndias. **LIAMES - Línguas Indígenas Americanas**, Campinas, SP, n. 1, mar. 2012. ISSN 2177-7160. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/liames/article/view/2187>>. Acesso em: 02-05-2015

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Vol. 1. Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Círculo do Livro, 1949.

BRUNET, Karla Schuch; NATANSOHN, Leonor Graciela. *Ciberfeminismo, LabDebug e práticas artísticas*. In: IV simpósio Nacional da ABCiber, 2010, Rio de Janeiro. Anais. Disponível em http://www.academia.edu/1197038/karla_graciela_labdebug

CANAVATE, Doris Lamus. *Localización geohistórica de los feminismos latinoamericanos*. Colômbia, 2009. Disponível em: <http://polis.revues.org/1529>. Acesso em: 24-03-2015.

CORONEL-MOLINA, Serafín M.; GRABNER-CORONEL, Linda L. (Org.). *Lenguas e Identidades en los Andes*. Quito: Abya Yala, 2005.

GAZIRE, Marina. *Ciberfeminismo: velhas-novas práticas do feminismo em redes eletrônicas*. Disponível em: <https://br4d4.wordpress.com/tag/ciberfeminismo>. Acesso em: 24-03-2015

GUESSER, Adalto. A diversidade lingüística da Internet como reação contra-hegemônica das tendências de centralização do império. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 79-91, jan./abr. 2007,

GURGEL, Telma. *Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade*. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Femini_smoelutadeclasse.pdf>. Acesso em: 22-03-2015.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós humano*. Tadeu, Tomaz (organização e tradução). Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Disponível em: www.livrosdehumanas.org

LÓPEZ, María Bono. *La Política Lingüística em Nueva España*. México, 1997. Disponível em: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/hisder/cont/9/cnt/cnt1.pdf>. Acesso em: 28-05-2015.

LÓPEZ, Pablo Valenti. *La Sociedad de la Información em América Latina y el Caribe: TICs y um nuevo Marco Institucional*. Madrid, 2010. Disponível em: <http://www.oei.es/revistactsi/numero2/valenti.htm#9>. Acesso em 31-05-2015

MATTELART, Armand. *História da Sociedade da Informação*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MIRANDA, Antonio Lisboa de Carvalho. Sociedade da Informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. *Ciência da Informação*, [S.1.], v. 29, n. 2, Nov. 2000. ISSN 15188353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/257>. Acesso em: 02-05-2015

OLIVEIRA, Mariana Edi Rocha Gonçalves; RODRIGUES, Larisse de Oliveira. *Descolonizando o feminismo: desafios para a construção do feminismo latino-americano*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, 2013, Florianópolis. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386703062_ARQUIVO_MarianaEdiRochaGoncalvesdeOliveira.pdf. Acesso em: 22-03-2015.

PLANT, Sadie. *Zeros + Ones: digital women + the new technoculture*. Disponível em: http://monoskop.org/images/f/fc/Plant_Sadie_Zeros_and_Ones_no_OCR.pdf. Acesso em: 14-05-2015.

PEN International. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 24-05-2015.

Protection of minority languages is a human rights obligation, UN expert says.

Disponível em:

<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=44352&Cr=language&Cr1#.VUUQRvxVikr>. Acesso em: 19-06-2015.

QUINTANA, Martí. *Projeto tenta preservar língua ancestral dos índios no Equador.*

Portal América Latina, julho. 2011. Disponível em:

<http://www.americalatina.org.br/internas.php?noticias=&interna=60011>. Acesso em: 26-05-2015.

RODRÍGUEZ, Martha Yanneth Valenzuela. *Los Feminismos en América Latina: retos, posibilidades y permanencias.* Disponível em:

<http://revistas.udistrital.edu.co/ojs/index.php/esfera/article/view/5678>. Acesso em: 07-06-2015.

SAFFIOTI, Heleith. *A Mulher na Sociedade de Classes.* São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos.

Lua Nova, São Paulo, n. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24-05-2015.

SEGATO, Rita Laura. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial.* Tradução de Rose Barboza. 2012. Disponível em:

http://nigs.paginas.ufsc.br/files/2012/09/genero_y_colonialidad_en_busca_de_claves_de_leitura_y_de_un_vocabulario_estrategico_descolonial_ritasegato.pdf. Acesso em: 24-03-2015.

SCHLINDWEIN, Ana Flora. *Dos periódicos oitocentistas ao ciberfeminismo: a*

circulação das reivindicações feministas no Brasil. Campinas, 2012. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000898445&fd=y>. Acesso em: 14-05-2015.

SILVA, Diego Barbosa da. *Morte, preservação de línguas e limites da política*

linguística. In: Revista Urutágua, n° 19, Maringá, set/out/nov/dez-2009. Disponível em:

<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/7154>. Acesso em: 22-05-2015.

WELLS, Tatiana. *O ciberfeminismo nunca chegou à América Latina*. 2005. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys7/cyber/tatiana.htm>. Acesso em: 07-06-2015.

ZIMMER, M.; FINGER, I; SCHRER L. *Do Bilinguismo ao Multilinguismo: intersecções entre a psicolinguística e a neurolinguística*. ReVel. Vol. 6, n. 11, agosto de 2008. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_11_do_bilinguismo_ao_multilinguismo.pdf. Acesso em 02-05-2015.

